



Empresas como a EPUL foram usadas durante anos pelas câmaras para absorver os seus défices

Mais de uma centena de empresas do sector local estão em risco de extinção

Municípios

Empresas de águas do Porto e Braga e EMEL apresentaram melhores resultados de 2012. A EPUL é das mais endividadas

A aplicação da nova Lei do Sector Empresarial Local deverá ditar o encerramento de 111 empresas, quase metade das que constituíam este universo no período entre 2009 e 2012, de acordo com um estudo da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Na *Actualização do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses*, elaborada pela OTOC e ontem divulgada, foram analisadas as contas de um universo de 272 entidades (163 empresas municipais, 49 entidades empresariais locais, 30 sociedades anónimas e 13 sociedades unipessoais por quotas com capitais municipais, e 17 entidades intermunicipais). Destas, a ordem concluiu que 111 correm o risco de extinção até Março de 2014, por não cumprirem pelo menos um dos quatro critérios de viabilidade estabelecidos no novo regime jurídico do Sector Empresarial Local (SEL) publicado em Agosto do ano passado.

De acordo com o estudo, entre as empresas sem viabilidade destacam-se três que não cumprem nenhum

daqueles critérios. São elas a EDEAF – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfandega da Fé, a Falcão – Cultura, Turismo e Tempos Livres, de Pinhel, e a TEGEAC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, de Trancoso. Para se manterem abertas, as empresas não podem, nos últimos três anos, ter vendas ou prestações de serviços inferiores a 50% dos seus gastos totais, nem ter subsídios à exploração superiores a 50% das suas receitas. Também não passam no crivo as que, nos últimos três anos, tenham tido resultados operacionais negativos ou resultado líquido de exercício negativo.

Apesar de não ser, por si só, um dos critérios para o encerramento, a OTOC realça ainda as 35 entidades do SEL com mais dívidas (maior passivo exigível) no final de 2012. À frente das mais endividadas está a Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos (Cascais, Oeiras, Mafra, Oeiras e Sintra), a EPUL – Urbanização de Lisboa, que apresentou o pior resultado em 2012 (um prejuízo de 3,36 milhões de euros) e está em processo de liquidação, e a Indaqua Matosinhos – Gestão de Águas.

Pela positiva, entre as 35 entidades com melhores resultados económicos em 2012, lideram o *ranking* elaborado pela OTOC a Agere – Empresa Municipal de Águas, Efluentes e Resíduos, de Braga (2,71 milhões de euros), a CMPEA – Empresa de

Águas do Município do Porto (2,12 milhões de euros) e a EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa (1,99 milhões de euros).

À margem da apresentação, o bastonário dos técnicos oficiais de contas, Domingos Azevedo, disse à Lusa que muitas das empresas inviáveis foram durante anos utilizadas pelos municípios para manterem as contas das câmaras limpas, o que agora deixou de ser possível. No entanto, considerou que os municípios deverão resolver as situações de incumprimento para evitar o encerramento das empresas, adiantando que uma das soluções poderá passar pela integração dos serviços nas câmaras.

Também ontem, numa conferência promovida pela OTOC sobre a nova Lei das Finanças Locais, o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, defendeu que os municípios devem receber uma parte das receitas do IVA para compensar o previsto fim de impostos como o IMT e a derrama. Costa destacou que a receita fiscal dos municípios diminuiu nos últimos anos cerca de 16% e que “impostos fundamentais”, como o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a derrama não só têm vindo a diminuir como deverão ser extintos. “A extinção destes impostos tem de ter contrapartida”, defendeu o autarca, citado pela agência Lusa.